



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL- SR/PF/DF
Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo nº 08280.002708/2025-74

Estudos Preliminares IN 58/2022-ME

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1.1. A presente demanda visa a contratação, de forma continuada, dos serviços de **vigilância armada**, para atendimento das necessidades da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal**.

1.2. Na presente contratação está prevista a alocação de postos nas unidades da Polícia Federal fisicamente contíguas à SR/PF/DF, a exemplo do INC/SITEC, INI/DIREX, CGTI, COT.

1.3. São diretrizes gerais para a elaboração deste Estudo Preliminar os normativos:

- Instrução Normativa 58/2022-ME.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021
- Instrução Normativa 05/2017-MPOG.
- Lei 14.133/21
- Decreto 9.507/2018

1.4. Contratações prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) para o exercício de **2025, DFD nº 132/2024**.

1.5. Conforme inciso II, do art. 2º, da Portaria ME nº 7.828/2022, que estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193/2019, a presente contratação é considerada atividade de custeio.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A contratação, de forma continuada, dos serviços de vigilância armada é necessária para realizar a segurança dos bens patrimoniais, de seus servidores e colaboradores no exercício de suas atividades funcionais e dos usuários dos serviços prestados na **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal**, bem como dos demais setores da PF que funcionam no mesmo endereço: **SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul Brasília-DF / CEP 70610-902**.

2.2. A Polícia Federal não dispõe em seu quadro de pessoal de servidores para realizar este tipo de tarefa, visto que os cargos relativos às categorias funcionais correlatas a este tipo de serviço foram extintos no serviço público há vários anos (Lei nº 9.632/1998).

2.3. O plano de cargos e salários da Polícia Federal não prevê a contratação, por concurso público, dos cargos relacionados ao objeto da contratação visada por este instrumento.

2.4. A ausência de vigilância armada adequadamente dimensionada nas instalações da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal**, poderá levar a prejuízos materiais e humanos.

2.5. A contratação da execução indireta das atividades de vigilância, objeto desta demanda, tem suporte no § 1º, art. 1º do Dec. 2.271/1997, e art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

2.6. Nesse sentido, os serviços são essenciais e a sua não contratação poderá comprometer o bom funcionamento administrativo das instalações físicas da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal**, tornando-se imprescindível a contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços de vigilância armada, a fim de manter as adequadas condições de segurança patrimonial, objetivando ainda manter o bem público, evitando-se desta forma transtornos para a Polícia Federal, no desempenho cotidiano de suas atividades.

2.7. Importante ressaltar que atualmente esse serviço já está sendo prestado por uma empresa terceirizada, porém o contrato está em processo de rescisão, sendo necessário um processo licitatório para uma nova contratação.

2.8. **O interesse público** fica evidenciado para essa contratação a medida que a **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal**, necessita do serviço de vigilância armada para a realização da segurança dos bens patrimoniais, que são públicos, e para segurança dos servidores e usuários que ali trabalham e transitam.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. DELESP/SR/PF/DF

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação dos Serviços Terceirizados tem por objetivo a melhoria e manutenção contínua e ininterrupta das diversas atividades da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal**, garantindo todas as condições de conforto ambiental, segurança, saúde e bem-estar, necessárias para o desenvolvimento das atividades do órgão.

4.2. Em relação à natureza do serviço, é classificado como comum de natureza continuada (contratação de mão de obra com dedicação exclusiva), se enquadrando nos pressupostos da IN 05/2017-MPOG.

4.3. Será celebrado contrato com a adjudicatária, com vigência de **12 (doze) meses** de acordo com o previsto no Art. 106 da Lei nº 14.133/21.

4.4. O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitando a vigência máxima decenal, de acordo com o previsto no Art. 107 da Lei nº 14.133, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.5. Como requisitos lato sensu, a contratação deve contemplar o seguinte:

4.5.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

4.5.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

4.5.3. Dimensionar corretamente a quantidade de postos de trabalho e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

4.5.4. Célere instrução do processo de modo a adequar a prestação dos serviços à realidade da **SR/PF/DF**.

4.6. Requisitos stricto sensu:

4.6.1. Prestar o serviço com estrita observância às disposições do Edital de licitação e seus anexos, às normas da IN 05/2017, à Convenção Coletiva da Categoria, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis;

4.6.2. O serviço que se objetiva contratar é de natureza continuada em face de sua essencialidade enquanto atividade acessória às finalidades institucionais do Órgão;

4.6.3. Em face das dimensões, das características e das atividades do Órgão, a solução adotada será a de prestação do serviço com fornecimento de mão de obra exclusiva.

4.7. A Contratada deverá se atentar que, para fins de conta vinculada, o SAT será calculado considerando o Risco Ambiental do Trabalho (RAT) original da Empresa, tendo como referência o seu CNAE, não sendo considerado o RAT ajustado pelo Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

4.8. Ainda quanto à conta vinculada, os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão conforme item 14 do Anexo II da IN nº 05/2017-SEGES.

4.9. O intervalo de descanso entre jornadas dos vigilantes deverá ser rigorosamente respeitado, não sendo autorizado à Contratada cobrir quaisquer ausências, a exemplo de faltas, férias, licenças, etc., com vigilantes que exerçam suas funções sob a égide do mesmo contrato.

4.10. A jornada de trabalho do vigilante não poderá extrapolar a 12 (doze) horas em um período de 48 (quarenta e oito) horas, devendo, em caso de necessidade, ser apresentada e comprovada a devida justificativa.

4.11. A Contratada deverá, sempre que utilizar vigilantes substitutos para cobrir ausências, apresentar, junto à Nota Fiscal do serviço, os documentos e comprovantes dos pagamentos aos substitutos do período ao qual a Nota Fiscal fizer referência.

4.12. Para se resguardar de eventuais processos trabalhistas, a Administração Pública Federal institucionalizou a possibilidade de assegurar reserva de valores suficientes para a quitação de obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS decorrentes dos contratos de fornecimento de mão de obra terceirizada, por meio da criação de uma Conta-Depósito Vinculada, prevista no art. 18, § 1º, inciso I da Instrução Normativa nº 05 de 2017. De acordo com o § 3º do art. 121 da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade nº 16, a inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento. Devido à ausência de vínculo empregatício entre os trabalhadores da empresa prestadora de serviços e o Estado, este último estaria isento do dever de arcar com os débitos trabalhistas.

4.13. Entretanto, algumas Cortes Trabalhistas entendem que a responsabilidade da Administração Pública pelo pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de contratos de terceirização pactuados por entidades estatais é subsidiária à da empresa contratada. A notória, iterativa e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é no sentido de que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, inclusive quando este for uma entidade pública. A Administração Pública responde de forma subsidiária pelo pagamento das verbas trabalhistas sonegadas pelas empresas prestadoras de serviços, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

4.14. De modo a garantir reserva financeira para cobertura de determinadas obrigações trabalhistas nos contratos de serviços terceirizados, a Administração Pública passou a prever nos editais a exigência de criação de uma Conta-Depósito Vinculada, para fins de depósito das provisões para pagamento das verbas trabalhistas. Nessa conta bancária, aberta em nome da empresa e que só poderá ser movimentada com autorização do órgão contratante, são depositadas as provisões de valores para o pagamento de direitos dos empregados envolvidos na prestação dos serviços, previstos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis Trabalhistas. Com o intuito de mitigar a responsabilização trabalhista desta Instituição, oriunda de problemas ocorridos nos contratos de prestação de serviços terceirizados em regime de mão de obra exclusiva, optou-se, por maior segurança, exigir a abertura de Conta-Depósito Vinculada pela Contratada, nos moldes do Anexo XII da IN nº 5/2017.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. No levantamento das soluções de mercado para a contratação do serviço de vigilância, encontramos vários modelos de fornecimento, os quais seguem abaixo:

5.1.1. Modelos de fornecimento

5.1.1.1. Os modelos de fornecimento identificados se baseiam nos tipos de vigilância: orgânica, também conhecida como patrimonial, e eletrônica

5.1.1.2. A vigilância patrimonial se baseia na contratação de postos de serviços, compostos de mão de obra especializada de vigilantes que podem ser contratados na forma de serviços contínuos ou eventuais (spot), com modelos orientados de acordo com as seguintes características: horários de cobertura, ostensividade, veículos, acessórios e equipamentos de apoio aos postos de serviços e de proteção individual.

5.1.1.3. A vigilância eletrônica possui modelos de fornecimento orientados pela contratação de bens e serviços na forma de sistemas isolados ou integrados de circuito fechado de TV (CFTV), de controle de acesso e sistemas de sensoriamento, detecção e alarmes. Complementa esses modelos a opção de contratação de postos de serviços de vigilantes especializados no monitoramento dos sistemas eletrônicos de segurança.

5.1.1.4. Os mercados de fornecimento se dividem nos seguintes grupos de itens de serviços ou materiais:

- Postos de vigilância – armada e desarmada;
- Aquisição de circuitos fechados de televisão - CFTV;
- Postos de vigilância – monitoramento; e
- Aquisição de controle de acesso

5.1.1.5. Como podemos perceber inúmeros são os modelos e formas de contratação

5.1.1.6. Sobre as diferentes modalidades que o mercado oferece para a contratação deste estudo foram realizadas pesquisas no que tange às contratações dos serviços de vigilância promovidas no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública Federal, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis/similares que venha a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

5.1.1.7. Para tanto, observamos que vários órgãos adotam a mesma modalidade pertinentes ao serviço de vigilância no âmbito da Administração Pública Federal.

5.1.1.8. Verifica-se que esta é uma solução comum na contratação deste objeto pelos órgãos públicos.

5.1.1.9. Diante da relevância apresentada das contratações já praticadas nos órgãos públicos, verificamos que a escolha pelos postos de vigilância patrimonial continua sendo um bom caminho para este serviço.

5.1.1.10. Posto isso, esta equipe opta pela escolha, já praticada neste órgão e nos demais, conforme elucidados nos tópicos acima, pela solução de postos de trabalho contínuos de vigilância patrimonial como a melhor opção para o objeto deste estudo.

5.1.2. **Justificativa para a solução a ser contratada**

5.1.2.1. Conforme já apresentado, a melhor solução para o objeto deste estudo é a solução por Posto de Trabalho, porém com definições de produtividade, objetivos, de maneira a estabelecer uma contratação por resultado, pelo Indicador de Aferição, conforme ANEXO VII do edital.

5.1.2.2. Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos, podendo a contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação vigente.

5.1.2.3. A vantagem de utilização de postos contínuos de serviços de vigilância armada é a possibilidade de uso de armamento que previne ação de criminosos que temem por revide armado. A única opção legal de uso de armas é pelo sistema de vigilância patrimonial, quando se discute modelos de terceirização dos serviços.

5.2. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviço terceirizado(s) dado que as atividades que se visam a contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.3. A contratação pretendida está alinhada à política que o Governo Federal vem implantando a reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por

serviços de apoio ao estritamente necessário.

5.4. Para estabelecimento do preço estimado, foi considerada a **média** de, no mínimo, 3 (três) valores encontrados na pesquisa de preços, obedecendo ao Art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados caso fossem observados.

5.5. Para chegar ao valor de referência do serviço de vigilância armada, foram utilizados os parâmetros contidos no art. 5º, **incisos I, II, e IV** da IN SEGES/ME nº 65/2021, demonstrados na "cesta de preços" (SEI nº **40475555**).

5.6. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado para o processo de contratação do serviço, foi realizada utilizando-se a **média** obtida, após o cálculo das médias dos seguintes parâmetros: Pesquisa no Painel de Preços (inciso I do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021), Pesquisa de Contratação Similares (inciso II do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021) e a Pesquisa direta com Fornecedores (inciso III do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021), extraindo-se assim um valor de referência condizente com a realidade de mercado, conforme determina a Lei nº 14.133/21 e orienta a IN SEGES/ME nº 65/2021.

5.7. Em relação ao Painel de Preços e as Contratações Similares feitas pela Administração Pública (Atas), parâmetros esses prioritários do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, a pesquisa foi realizada incluindo compras feitas por órgãos da esfera: **Federal**, nos últimos **12 meses**, conforme demonstrado no anexo **40418554** para o Painel de Preços, e anexo 40418569 para as Contratações Similares, buscando alcançar um preço de referência próximo a realidade aplicada no mercado atual.

5.8. Em relação ao inciso III do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, pesquisa em mídia especializada, a mesma não foi realizada tendo em vista as especificidades do serviço a ser contratado, não sendo possível a obtenção dos preços diretamente através desse parâmetro.

5.9. Em relação ao inciso IV, pesquisa direta com fornecedores, foram consultadas empresas prestadoras de serviço localizadas na região, onde foi obtido êxito em relação a **02 (duas)** empresas que responderam a solicitação e encaminharam os orçamentos, e **01 (uma)** que declinou de apresentar proposta, conforme anexos SEI **40418581**.

5.10. Foi elaborado Mapa comparativo dos valores obtidos, SEI nº **40475555**, contendo a compilação de todos os valores obtidos nas pesquisas realizadas.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução apontada pelo presente estudo é a contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância armada afim de suprir a necessidade da SR/PF/DF.

6.2. O serviço a ser prestado será executado sob o regime de postos de 12 X 36 horas diurno, e 12 X 36 horas noturno, de acordo com as rotinas fixadas no Termo de Referência.

6.3. A contratação do serviço será através de **Pregão Eletrônico**, regido pela Lei nº Lei n.º 14.133/21, pelo que se recomenda ao Pregoeiro utilizar o modo de disputa ABERTO/FECHADO, e intervalo mínimo de R\$ 10,00 (dez reais) entre os lances.

6.4. O fornecimento de mão de obra exclusiva segue uma série de parâmetros definidos em Termo de Referência, tais como qualificação técnica, experiência comprovada em carteira e lista de atribuições relativas ao cargo.

6.5. Assim, é primordial a participação de todos os atores da Polícia Federal para o sucesso do contrato, com especial atenção dos Fiscais e Gestores de contrato, que farão o controle de gastos e demandarão à mão de obra disponível as atividades relacionadas ao serviço a ser contratado, definidas em rotinas no Termo de Referência.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. O quantitativo solicitado tem como objetivo atender as necessidades da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal (SR/PF/DF)**.

7.2. O quantitativo a ser demandado foi definido pelo setor requisitante, que utilizou como referência as quantidades de postos do atual contrato ainda em vigência.

7.3. Assim, segue a compilação dos quantitativos finais a serem licitados:

GRUPO	ITEM	Descrição do Objeto	Local	Unidade	Quantidade de Postos	Quantidade de Vigilantes
01	01	Contratação de empresa especializada em serviço de VIGILÂNCIA ARMADA composto de postos de 12 X 36 horas, DIURNO , das 07 h às 19 h, de segunda-feira a domingo, a ser prestado na Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal .	SR/PF/DF (Brasília/DF)	Posto 12 x 36 horas, diurno	15	30
	02	Contratação de empresa especializada em serviço de VIGILÂNCIA ARMADA composto de postos de 12 X 36 horas, NOTURNO , das 19 h às 07 h, de segunda-feira a domingo, a ser prestado na Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal .	SR/PF/DF (Brasília/DF)	Posto 12 x 36 horas, noturno	12	24
	03	Vigilante Supervisor 44h semanais	SR/PF/DF (Brasília/DF)	Vigilante (44h semanais)	xxxx	01

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços/valores referenciais individualizados para esta contratação consta do Mapa Comparativo de Preços (SEI nº 40475555)

8.2. Os valores constantes no referido Mapa foram obtidos com base na combinação dos métodos de pesquisa constantes no art. 5º, incisos I, II e IV da IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.3. O valor estimado anual da contratação é de **R\$ 5.899.188,24** (*cinco milhões, oitocentos e noventa e nove mil cento e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos*)

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Para atingir a finalidade administrativa almejada, se fez necessário parcelar a solução em 2 (dois) itens, porém em um mesmo grupo, tendo em vista a diferença na remuneração a ser paga aos trabalhadores a depender do turno que desenvolverá suas atribuições, propiciando uma maior clareza na formação dos preços a ser oferecidos pelos licitantes. O agrupamento dos itens se faz necessário para a padronização e uniformização do serviço a ser prestado, que será realizado no mesmo local em turnos distintos.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há nenhuma contratação correlatada à aquisição descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL)

11.1. Esta demanda esta incluída no planejamento e contratações do exercício de **2025, DFD nº 132/2024.**

11.2. A demanda se faz necessária e urgente para atendimento das necessidades da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal (SR/PF/DF).**

11.3. As manifestações autorizando a contratação estão nos seguintes documentos: Instituição de Equipe Planejamento da Contratação (**40400061**) e neste Estudo Técnico Preliminar.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO (DEMOSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS)

12.1. O resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o regular funcionamento da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal.**

12.2. Esta medida concorre para o bom funcionamento da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal**, tornando-se imprescindível a contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços de vigilância armada.

12.3. Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.

12.4. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades respaldadas em condições físicas e ambientais para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Não será necessária qualquer alteração e/ou adequação para esse tipo de contratação na SR/PF/DF.

13.2. Não será necessária a capacitação de servidores para a fiscalização e gestão contratual.

13.3. Não haverá necessidade de readequar a estrutura física.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Como requisitos básicos para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar em seus procedimentos os seguintes critérios de SUSTENTABILIDADE, além dos previstos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

14.1.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

14.1.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

14.1.3. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específicas; lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

14.1.4. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

14.1.5. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

14.1.6. Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

14.1.7. Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos nas instalações das unidades atendidas da PF no Distrito Federal. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, dentre outros. Em suma, qualquer sistema, contanto que comprovada a Eficiência Energética gerada de acordo com as premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

14.1.8. A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos;

14.1.9. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

14.1.10. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, que devem ser os mesmos instalados nas unidades da PF, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

14.1.11. Receber do CONTRATANTE informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

15. CONCLUSÃO

15.1. Declaramos viável esta contratação.

Justificativa da Viabilidade: Em função dos estudos realizados, conforme exposto no presente documento, considera-se viável a licitação pretendida nos moldes da solução apresentada, visando a contratação de serviço de vigilância armada, necessária para realizar a segurança dos bens patrimoniais, de seus servidores e colaboradores no exercício de suas atividades funcionais e dos usuários dos serviços prestados no âmbito da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal (SR/PF/DF)**.

Brasília/DF, de fevereiro 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
SR/PF/DF



Documento assinado eletronicamente por **ALAN DE SOUZA SUEDDE**, **Agente Administrativo(a)**, em 03/07/2025, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=41695532&crc=C1C920F7](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=41695532&crc=C1C920F7).

Código verificador: **41695532** e Código CRC: **C1C920F7**.

Referência: Processo nº 08280.002708/2025-74

SEI nº 41695532